



Nº 3

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPL DE ÉVORA,  
EFECTUDA EM 30 DE ABRIL DE 1999**

Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e nove reuniu, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, a Assembleia Municipal de Évora, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1. Informação do Presidente da C. M.É.**
- 2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades do Ano de 1998**
- 3. Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e Estacionamento Tarifado - Relatório e Contas de exercício de 1998**
- 4. Extinção dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e Estacionamento Tarifado**
- 5. Aquisição de bens em Leasing**
- 6. Empréstimos de curto prazo em 1999**
- 7. Situação na Siemens**
- 8. Constituição do Conselho Municipal de Segurança**
- 9. Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**

Estiverem presentes os membros da Mesa:

**Presidente** - José Ferreira Nunes Bizarro

**2º Secretário** - António Joaquim G. R. Serrenho

Verificada a ausência do **1º Secretário**, Sr. Diamantino José Dias, o Sr. Presidente solicitou à Sra. D. Maria da Conceição Sarmento Couvinha para completar a Mesa.

Feita a chamada, constataram-se mais as seguintes presenças: José Zorrinho, Lino de Carvalho, José Cardoso, José Simão, Acácio Alferes, Ricardo Rita, Margarida Félix, Celino Silva, Nuno Monteiro, Carlos Percheiro, Silvino Alhinho, Maria Helena Silva, Luís Bettencourt, Carlos Cunha, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Bernardino Grilo, António Foito, Estevão Bicho, Isidro Lobo, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, Joaquim Trolhas, Manuel Rico e Maria do Carmo Ricardo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Faltaram os(as) Senhores(as): Maria do Céu Ramos, José Russo, Maria do Céu Costa, José Serra, Francisco Rato, Jerónimo Mendes, Francisco Estevão, Maria Gabriela Silva, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelos Vereadores Jorge Pinto e Carmelo Aires.

Seguidamente, o Sr. Presidente passou a divulgar todo o expediente que deu entrada no Secretariado da A. M. desde a sua última reunião ordinária.

Neste âmbito e tendo presente que o Sr. Presidente fez alusão a uma missiva remetida pela câmara municipal de Redondo dando conta da efectuação duma homenagem à memória de Dinis Fernandes Miranda, o Sr. Acácio Alferes perguntou qual a data da respectiva realização.

O Sr. Presidente respondeu em conformidade.

### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTA**

O Sr. Presidente pôs à ponderação do plenário a acta da reunião de 25 de Setembro de 1998.

Como nenhum dos eleitos desejou intervir, o Sr. Presidente colocou o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com quatro abstenções.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

o Sr. Presidente, para começar, informou ter chegado à Mesa uma proposta subscrita por 2 membros do PSD, cujo teor passou a ler na totalidade: *“Os eleitos do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Évora, propõem que esta aprove um voto de pesar pelos recentes acontecimentos ocorridos no território português de Timor-Leste e manifeste a sua total solidariedade para com a causa timorense e a luta do seu povo.*

*Mais, que desta posição seja dado conhecimento público”.*

O Sr. Celino Silva alertou para o facto de o documento conter uma irregularidade, dado que Timor - Leste, ao nível das Nações Unidas e do direito internacional, não é considerado território português mas sim sob administração portuguesa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Silvino Alinho declarou que se alguém pudesse esclarecer esse pormenor jurídico, a questão era ultrapassável.

Em relação ao texto da proposta, o Sr. Lino de Carvalho desejou focar três coisas: **Primeira** - O termo pesar parecia-lhe ter pouca expressão, alvitando que ele fosse substituído pela palavra condenação; **Segunda** - A Assembleia deveria juntar a sua voz à da comunidade internacional, particularmente à dos timorenses, numa exigência do desarmamento das milícias; **Terceira** - A A. M. deveria também associar a sua voz à daqueles que reclamam uma intervenção determinada da ONU no território, para garantir a livre expressão da vontade do povo de Timor - Leste quando for chamado a pronunciar-se sobre o seu futuro.

O Sr. Silvino Alinho elucidou que o documento em causa era uma proposta e, como tal, estava aberta a todas as sugestões que se entendesse por bem introduzir-lhe.

Então, o Sr. Presidente asseverou que, no plano estritamente formal, parecia importante à Mesa fazer-se desde já a votação da proposta, com o entendimento de que a construção do respectivo texto ficasse para uma fase posterior.

Tendo o colectivo aceite o atrás exposto, o Sr. Presidente pôs o documento à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Entretanto, o Sr. Lino de Carvalho anunciou já ter esboçado uma nova redacção para a proposta, que passou a ler: *“A Assembleia Municipal de Évora manifesta a sua mais firme condenação pelos massacres que estão a ocorrer no território de Timor - Leste, expressa a sua solidariedade com o povo timorense, e apela ao desarmamento da milícias e a uma intervenção determinada da ONU, que garanta a expressão da livre vontade do povo timorense quanto ao futuro do território”*.

Entregue o documento à Mesa, o Sr. Presidente colocou-o de imediato à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Noutro contexto, mais propriamente acerca do funcionamento do grupo de trabalho para as comemorações do 25 de Abril, o Sr. Silvino Alinho, tendo presente que passada sessão de 26.02.99 foi referido, aquando da apresentação das conclusões do atrás mencionado, que os eleitos do PSD faltaram às cinco reuniões realizadas, justificou que os mesmos apenas foram contactados, para o efeito, uma única vez, no caso da Sra. D. Maria do Carmo Ricardo no próprio dia do primeiro evento, sendo este o motivo pelo qual não puderam contribuir com qualquer tipo de proposta.

O Sr. Luís Bettencourt achou estranhíssima a situação relatada pelo orador antecedente, tanto mais que tivera a confirmação que todos os elementos do grupo haviam sido convocados para todas as sessões, valendo a pena apurar-se porque foi que tal aconteceu.



A este propósito, o Sr. Presidente exprimiu: *“Há mecanismos neste processo que são no mínimo graves. Deixem-me dar-vos conta da profunda apreensão que me surgiu o facto de não terem estado, como era de esperar, na sessão solene promovida conjuntamente pela Assembleia e pela edilidade, toda uma série de entidades para quem na realidade da Câmara saíram convites. Mas, do que me foi dado averiguar, junto de algumas delas, esses convites pura e simplesmente não chegaram”*.

Posto isto, a Sra. D. Carmen Balesteros, recordando que fora constituído um grupo de trabalho, nesta Assembleia, para discutir o problema da BPÉ e que já ocorrera a reunião, para o efeito, que estava agendada com o Sr. Ministro da Cultura, solicitou ao Sr. Presidente que informasse o plenário sobre os pormenores da mesma, podendo, depois, os membros da comissão prestarem os esclarecimentos que fossem considerados necessários.

O Sr. Presidente transmitiu não lhe parecer fazer muito sentido que alguém da Mesa protagonizasse uma informação sobre o trabalho desenvolvido pelo referido grupo, sugerindo que fossem os seus elementos a fazê-lo.

Assim, a Sra. D. Carmen Balesteros prontificou-se a dar andamento ao atrás exposto, revelando ter havido duas reuniões. Na primeira ficou decidida a composição da equipa para trabalhar com o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Na segunda passou-se ao trabalho mais operativo, ou seja, à resolução, em termos práticos, de quais iriam ser as reivindicações a levar junto do IPLB, em cuja sessão não houve possibilidade de se gerar o consenso, porque os representantes do Partido Socialista voltaram, estranhamente, a defender a construção duma biblioteca municipal de raiz, depois de terem votado favoravelmente, na reunião anterior da A. M., o texto da comissão de trabalho, que contraria em absoluto esta posição.

A Sra. D. Margarida Félix, ripostando à alocução da Sra. D. Carmen, frisou que ela não era portavoza do grupo de trabalho da BPÉ e que apenas falara em nome dos eleitos da CDU indigitados para o mesmo, não deixando de acentuar que se assistira a uma explanação da existência de eventuais divergências no seio da equipa, coisa que não deveria ter sido aqui feita, sendo mais lógico tentar-se encontrar uma solução internamente para depois se trazerem as conclusões à Mesa.

Então, a Sra. D. Carmen Balesteros explicou que as divergências verificadas na reunião do dia 14 de Abril nada tinham a ver com o grupo de trabalho, uma vez que nela tomaram parte os Vereadores da CMÉ e a delegação paritária que teve o encontro com o Sr. Ministro da Cultura.

O Sr. Lino de Carvalho, recordando que a A. M. aprovou, por unanimidade, na última reunião, um documento saído do grupo de trabalho, que estabelecia a orientação e a posição deste Órgão Autárquico sobre a matéria em equação, perguntou ao Sr. Presidente se confirmava o atrás exposto. Isto a propósito de ter visto, num jornal local, um comunicado emitido pelos 3 Vereadores Socialistas da CMÉ advogando a criação duma biblioteca municipal, ao arrepio do que foi



consensualmente aprovado nesta Assembleia, apelidando isto de uma tomada de posição lesiva para a cidade.

O Sr. Presidente certificou a tese enumerada pelo Sr. L. de Carvalho, tanto mais que o conjunto dos pontos aprovados por unanimidade foram levados para a reunião com o Sr. Ministro e foram o suporte de um documento que se lhe entregou. Mais, na sequência da conversa mantida com aquele governante, os supracitados foram objecto de um comunicado acordado por toda a gente e enviado para a comunicação social.

Adiante, O Sr. Presidente expressou: *“De forma nenhuma a existência de um grupo de trabalho, na Assembleia, pode ser inibitório da intervenção de quem quer que seja sobre as matérias que o mesmo estiver a tratar e, nessa medida, penso que não teve nada de excessivo a dissertação feita pela Dra. Carmen Balesteros”*.

Por sua vez, o Sr. José Zorrinho afirmou: *“Julgo que a questão que estamos a debater é demasiadamente importante, para a cidade e para o concelho, para que haja uma preocupação de fazerem em torno dela guerrilha política e para que algumas pessoas pareçam querer identificar e divulgar as divergências em detrimento daquilo que é essencial. E o essencial é que coisas muito importantes foram conseguidas, nos últimos meses, para a Biblioteca, em resultado do esforço conjunto desenvolvido por agentes políticos, económicos, sociais e culturais da urbe, e também pela receptividade do Governo e do Ministério da Cultura à própria posição da Assembleia.*

*Gostaria também de referir que não podemos aceitar que a Dra. Carmen Balesteros tome como sua a discussão da BPÉ, como se ela fosse a porta-voz do grupo, porque não foi escolhida para tal”*.

Prosseguindo, sublinhou que os eleitos do PS nesta Assembleia Municipal estavam de acordo com o seguinte (texto aprovado por todos):

- *“Defendemos que a Biblioteca Pública de Évora deve manter a sua unidade funcional e institucional, sem fraccionamento do acervo documental que vem sendo acumulado à quase 2 séculos;*
- *Repudiamos qualquer solução que possa diminuir o estatuto da PBÉ, através da quebra da sua ligação ao Ministério da Cultura;*
- *Defendemos a manutenção, reabilitação e melhoramento de todas as valências da Biblioteca, tendo em vista o cumprimento eficaz dos objectivos duma biblioteca actual e capaz de se projectar no futuro;*
- *Defendemos a necessidade e a indispensabilidade da manutenção do Depósito Legal como garante de uma riqueza continuamente acrescentada a um património de conhecido valor;*
- *Defendemos que o Ministério da Cultura, em colaboração com a C.M.É., deve encontrar as soluções práticas que viabilizem e garantam estes pressupostos”*.

Por fim, salientou que, depois de existirem condições para que a BPÉ cumpra os requisitos atrás definidos, poderá, naturalmente, ser pensado se é necessário ou não que o concelho de Évora possa ter uma outra estrutura.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Lino de Carvalho, reagindo ao depoimento do Sr. Zorrinho, argumentou que quem fez guerrilha foram os Vereadores do PS, dado que foram eles que emitiram um comunicado público contrário à deliberação tomada pela Assembleia, devendo os mesmos assumir as responsabilidades do acto e resolverem os problemas internos de protagonismo.

Ao mesmo tempo, sustentou que, no interesse da cidade, se deveria pôr uma pedra sobre a questão, e reafirmar-se, hoje, o conteúdo do que foi aprovado na pretérita reunião da A. M., não deixando de observar pretender só crer que a atitude dos acima mencionados Vereadores se deveu a falta de informação e não por desejarem dar cobertura a alguma alteração de posição do Partido Socialista, ou por estarem a querer dar pretexto para que o Sr. Ministro da Cultura não assumisse as responsabilidades que, em princípio, já estavam definidas, alegando eventuais divergências.

Neste domínio, o Sr. Presidente proclamou: *“Todos temos consciência que o caso da BPÉ não é um problema de somenos, ao ponto de o Sr. Ministro ter manifestado, no encontro, que é a indefinição que tem motivado estes atrasos. Se retomarmos a inserir a questão em causa no processo, é evidente que vamos fazer voltar tudo à estaca zero”*.

A seguir, asseverou que o Sr. Ministro foi consoladoramente claro, para a delegação que lá se deslocou, ao declarar: *“Nós, enquanto Ministério, temos uma filosofia (a das bibliotecas municipais) e dela não prescindimos”*.

Ora, sendo Évora um caso especial, vamos iniciar negociações, não esquecendo que o Sr. Ministro não abdica do ponto de vista atrás apontado, para encontrar a solução adequada, a qual passa pela ponderação da existência da BPÉ, havendo a registar que até se pôs em equação o facto de a Câmara poder retirar a candidatura a uma biblioteca municipal, se isso fosse necessário para resolver a situação, acrescentou.

O Sr. José Zorrinho, voltando a usar da palavra, transmitiu não concordar com as palavras do Sr. L. de Carvalho, mas que aceitava a substância delas, e porque o Partido Socialista não votara de ânimo leve na resolução em causa, o mesmo reafirmava a sua posição atrás descrita, com a ressalva de considerar que os aspectos da localização e da infra-estrutura física não são decisivos, em virtude de julgar ser o melhor para a cidade, para mais tendo já sido verificada a disponibilidade do Ministério da Cultura para o efeito.

Face ao que foi dito, o Sr. Presidente anunciou que a Mesa assumia a responsabilidade do contacto com a Câmara para dar continuidade à preparação do processo, tendo auscultado a opinião do Dr. Abílio Fernandes com vista à realização duma futura reunião.

O Sr. Presidente da CMÉ comunicou que bastava marcá-la.

Entretanto, tendo o Vereador Carmelo Aires feito sentir ao Dr. Abílio Fernandes que tinha surgido um problema com os Vereadores Socialistas, o Sr. Presidente da edilidade achou que ele deveria ser analisado internamente, sendo depois o resultado transmitido à Assembleia.



Não desejando mais alguém intervir no debate, o Sr. Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia.

## PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA C.M.É.

O Sr. Presidente da CMÉ informou o colectivo sobre as actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Fevereiro e Março/99, destacando principalmente: as acções levadas a cabo para se implantar a Escola de Pilotos no aeródromo local; a celebração dos protocolos de descentralização de competências efectuados com todas as juntas de freguesia; as comemorações, em Évora, dos 134 anos da Cruz Vermelha Portuguesa; a ampliação da pista e da placa de estacionamento do aeródromo; a plantação de 1000 árvores e arbustos e 2000 herbáceas; o carnaval das escolas; o prosseguimento da geminação com a Ilha de Moçambique; a beneficiação sofrida pelo bairro António Sérgio ao nível da pavimentação de algumas artérias; ao início do funcionamento da rotunda do Chafariz D'El-Rei; as obras de conservação do Palácio dos Coguminhos, em Torre de Coelheiros; e à entrada em funcionamento da ETAR de S. Sebastião da Giesteira.

O Sr. Lino de Carvalho solicitou esclarecimentos acerca do continuado encerramento do Terminal Rodoviário, cujo empreendimento parece já estar concluído, tanto mais que se está a agravar o trânsito na urbe, em parte causado pela circulação de autocarros no seu interior.

O Sr. António Foito chamou à atenção para o facto de existir um lapso na pág. 10, ponto 2.9 - Departamento de Obras Municipais, onde se menciona a construção de um passeio desde a praça do Intermarché até à Rua 25 de Abril, no bairro António Sérgio, quando, correctamente, deveria constar bairro Frei-Aleixo.

O Sr. Acácio Alferes, aflorando um tema muito do seu agrado (o da água), deu a conhecer ter ficado aliviado quando recebeu o documento em apreciação, porquanto se relata que foi feita a *“avaliação do funcionamento da ETA do Monte Novo”*, coisa que não aconteceu na Informação antecedente (de Dezembro/98 e Janeiro/99).

Em virtude de ter visto, na Conta de Gerência do ano transacto, que se tinham gasto 3.079 cts no citado projecto, o Sr. Acácio Alferes chegou à conclusão que o Sr. Presidente da Câmara não considerava importante o problema da água, porque, para si, tinha mais cabimento fazer-se referência, na anterior Informação, a este facto do que ao número de ofícios que são recebidos e expedidos, classificando isto um esquecimento quase indesculpável.

Paralelamente, recordou ter abordado o assunto atrás exposto na reunião de 3.04.98, na qual a Vereação garantiu que a qualidade da água era boa, coisa que não era totalmente considerada num relatório apenso ao Plano de Urbanização de Évora, onde se descreve a dado passo: *“Embora a situação seja satisfatória, há que ter cuidado com a qualidade da água, que exige atenção e uma gestão cuidadosa a montante da albufeira do Monte Novo”*.

*“Isto vem provar que eu tinha alguma razão na altura”*, disse.



Estando previsto, no plano de urbanização dos Álamos, arborizar uma das suas artérias, com aproximadamente 70/80 metros de largura, o Sr. José Cardoso deu conta ter lá sido posto um “mamarracho”, pelo que interrogou ao Sr. Presidente da Câmara se aquilo fazia parte do projecto ou era uma imposição do Município para estragar uma zona de excelente implantação.

A propósito das palavras proferidas pelo Sr. A. Alferes, o Sr. Isidro Lobo fez saber que a Divisão de Águas e Saneamento da CMÉ distribuiu, esta semana, por todas as juntas de freguesia, talvez por força da Lei, uma informação sobre as análises feitas à água da rede, as quais provam que a mesma não é tão má como isso.

Ressaltando como acontecimento mais importante, do documento em apreço, a assinatura do protocolo com vista à criação das estruturas para funcionamento da futura Academia Aeronáutica, o Sr. Silvino Alinho divulgou que, aquando da realização da sessão pública que a Câmara promoveu para o efeito, à qual teve oportunidade de assistir parcialmente, muitas dúvidas ficaram por esclarecer, ao nível do ambiente, da protecção do património e dos respectivos impactos, pelo que pediu ao Sr. Presidente da CMÉ que fizesse o ponto de situação relativamente ao avanço do projecto, nos aspectos atrás focados.

Tendo percebido, pela leitura que fez da Informação, que se está a preparar a efectuação de obras na Rua da Paz, sita no bairro dos Canaviais, e como se lhe constou que as mesmas estavam em vias de serem começadas, o Sr. Estevão Bicho inquiriu ao Executivo qual destas versões era real.

Estando a ser construído, perto de sua casa (bairro Habitévora), o novo circuito de manutenção e por gostar muito de frequentar tais recintos, o Sr. José Simão perguntou à Vereação qual a data prevista para a conclusão do dito.

O Sr. Acácio Alferes, voltando a usar da palavra, declarou nunca ter dito que a água de Évora era má, preocupando-se sobretudo com o seu fornecimento no futuro, não só de agora mas já de à longa data, dado que no princípio da década de 80 já dizia, nesta Assembleia, que o problema da humanidade iria ser, nos anos vindouros, não o da energia (como na altura se falava), mas sim o da água potável e o do ar respirável, tanto mais que os relatórios da Câmara mostram que, em dias muito quentes, a capacidade de produção da ETA do Monte Novo é cerca de 8% superior à normalidade.

A propósito deste tema, o Sr. João Ricardo, recordando que vai ser edificado um parque industrial em Azaruja, alertou para o facto de isto ir ocasionar um aumento significativo do consumo do precioso líquido, sendo imperioso que o novo depósito que se vai construir naquela localidade possa corresponder a esta nova realidade.

Posteriormente, fazendo já alusão ao Relatório de Actividades, leu um excerto da pág. 11, que diz: “Promoveu (a Câmara) a realização de obras de ampliação, melhoramento e conservação de todos



*os jardins de infância*”. Este todos, no seu modo de ver, era um bocado exagerado, porque no estabelecimento de Azaruja não teve conhecimento da realização de qualquer reparação.

O Sr. António Foito manifestou a sua indignação pelos casos que estão a acontecer no programa televisivo **País Regiões**, a saber: **Primeiro** - Quando foi lançada a primeira pedra do Parque Industrial de Azaruja (NIA), pôde verificar que foi dada a palavra a duas pessoas que lá se encontravam, sem que tal tivesse sido proporcionado ao representante da CMÉ, que é a maior promotora da iniciativa; **Segundo** - Ocorreu, num concelho vizinho, a inauguração de uma obra, tendo o respectivo presidente sido entrevistado, e não tendo sido feito o mesmo a qualquer outro eleito.

Estes acontecimentos, no entender do Sr. Foito, foram laivos preocupantes de “*censura refinada*”, os quais o motivaram a perguntar ao Executivo se a Câmara já tinha patenteado o seu descontentamento, junto da RTP local, pelos factos atrás referidos.

O Sr. João Ricardo, contrapondo à dissertação do Sr. Foito, afirmou: “*Eu até prescindia da minha entrevista na televisão. No entanto, penso que a 2ª entrevista foi de todo o mérito, porque se alguém é responsável pela criação daquele parque, são os corticeiros de Azaruja e não a Câmara*”.

Prontificando-se a responder às questões expostas, o Vereador Jorge Pinto começou por aflorar o assunto do Terminal Rodoviário. Assim, divulgou que, de acordo com um compromisso assumido pela empresa BELOS, em reunião efectuada para o efeito, o novo Terminal irá começar a funcionar, em termos efectivos e operativos, no dia 01 de Junho próximo, pelo que se convencionou a sua inauguração para o dia anterior.

No que respeita ao trânsito, acentuou estar convicto que é preciso aprofundar a problemática da circulação automóvel no centro histórico, provavelmente com tendência para maiores restrições, uma vez que os últimos dados estatísticos disponíveis (de 1995) apontam para a existência de 431 carros por habitante, e se se tiver em conta a manutenção da taxa de crescimento de motorização do período 1991/1995, neste momento Évora estará, seguramente, em cima dos 500 veículos/habitante.

Quanto ao tema da Academia Aeronáutica, quiz separar 3 aspectos da Informação acabada de ser prestada, a citar: **Primeiro** - Um dos pontos fortes aprovados no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade, em 1995, tanto pela Câmara como pela A. M., estava relacionado com a aeronáutica; **Segundo** - O Plano Director Municipal define o aeródromo como uma infra-estrutura específica de serventia à actividade aeronáutica, para a qual está autorizado, sem limites, determinado tipo de aeronaves licenciadas pelas autoridades competentes; **Terceiro** - O ordenamento do território faz-se em torno do campo de aviação, tendo presente a condição atrás enumerada.

No que concerne às preocupações levantadas pelo Sr. A. Alferes, quer ao nível da quantidade quer ao nível da qualidade da água, elucidou que o Plano de Urbanização é bastante claro sobre a matéria, e que quando for elaborado um conjunto de projectos a apresentar no III Q.C.A., o reforço do abastecimento de água surgirá, por certo, como um investimento necessário.

Sobre a qualidade do precioso líquido, enunciou que era interessante ler, salvo erro, o penúltimo exemplar da revista da DECO, que traz um panorama da qualidade da água em Portugal, e em que, felizmente, Évora aparece no topo da lista em diferentes parâmetros.



Acerca da pergunta formulada pelo Sr. Estevão Bicho, proferiu que o Plano de Actividades tem vindo, no essencial, a ser cumprido, não tendo presente qual a data prevista para a execução da obra da Rua da Paz, no bairro dos Canaviais, bem como para a conclusão do circuito de manutenção (tema explanado pelo Sr. José Simão).

Desejando avançar com alguns esclarecimentos complementares relativos à Escola de Pilotos, o Vereador Carmelo Aires proclamou: *“Este projecto tem suscitado muitas dúvidas por parte de muitos cidadãos, entre os quais eu também me incluo. É bom que se diga, com muita nitidez, e que se meça quais são os custos e os benefícios, no plano económico, para a cidade e para o concelho, para os munícipes poderem ter uma noção mais clara se é ou não um projecto importante para a urbe, quer em termos absolutos quer em termos relativos, comparativamente a outros projectos. Porque não se deve esquecer que a Câmara Municipal tinha feito uma aposta em determinadas vertentes de utilização do aeródromo, nomeadamente as lúdicas e as desportivas, havendo pessoas que consideram não ser exequível o uso do mesmo para aquelas actividades e para a escola de pilotos em simultâneo, sendo necessário que alguma empresa, com capacidade nesta matéria, diga que esta aposta potencia mais desenvolvimento do que a outra, e que diga, também, se é ou não possível conciliar as duas. Isto constituiu uma primeira proposta que fiz à edilidade e que não teve vencimento por força da posição de voto contra dos Vereadores do Partido Socialista.*

*Por outro lado, há que dizer que um processo desta natureza causa impactos ambientais, os quais podem e devem ser estudados com metodologia, cujos estudos deverão ser feitos por entidades independentes e depois avaliados em consonância com as normas existentes no país. Esta proposta mereceu a aprovação do Executivo, assim como uma outra, no sentido de se fazer uma consulta à UNESCO, através da sua delegação em Portugal”.*

A seguir, observou que, no seu ponto de vista, não se trata de um plano que tenha um interesse fulcral e fundamental, na medida em que a matéria prima humana resultante desta preparação não vai enriquecer a pilotagem regional e nacional, visto que serão pilotos estrangeiros.

Em termos de Universidade de Évora, o tipo de curso e de matérias não acrescentarão muito, de modo que se torna necessário examinar os prós e os contras do processo, sustentou.

Por seu turno, o Sr. Presidente da CMÉ disse não saber responder de imediato à pergunta formulada pelo Sr. J. Cardoso, mas que, em virtude de se tratar de uma iniciativa privada, o alvará de loteamento e os respectivos projectos tinham que ser cumpridos à risca.

Acerca do circuito de manutenção, adiantou que foi lá posta uma rede que foi logo destruída, devido a suposta má frequência de tóxicodependentes, tendo sido combinado com a Cooperativa de Habitação “Habitévora” que, após a instalação total do equipamento desportivo, o Município avançará então com as obras, porque, entretanto, já existirá um guarda no complexo.

Quanto à RTP Regiões, o Sr. Presidente da CMÉ comunicou ter sido feito um protesto escrito, denunciando, inclusive, o tratamento que estava a ser dado aos outros municípios, designadamente do Partido Socialista.

No que toca à utilização do campo de aviação, admitiu poder vir a haver alguma incompatibilidade entre as práticas desportivas e a actividade da escola de pilotagem, tendo sido feita uma abordagem junto do Sr. Ministro do Equipamento, no sentido de Évora poder vir a ter uma pista só para o exercício do paraquedismo.



O Sr. António Foito, reagindo à 2ª intervenção do Sr. J. Ricardo, fez ver que apenas tinha acusado a prática escandalosa e a política da “rolha” dos órgãos de comunicação social dominados pelo Governo, tendo, depois, reafirmado o teor da sua anterior dissertação.

Ainda sobre o assunto da futura Academia Aeronáutica, o Sr. José Zorrinho deu conta estar totalmente solidário com o projecto, com as suas vantagens e com a perspectiva com que a Vereação o tem abordado, não deixando de realçar tratar-se, aliás, do retomar de um plano que já tinha sido aprovado em 1992, inclusivamente pela C.C.R.A., presidida na altura pelo Dr. Carmelo Aires.

Paralelamente, revelou ter tido conhecimento da pressão enorme que outros aeródromos nacionais fizeram junto da TAP para serem contemplados com este projecto, e de ter tido acesso a documentos onde o Governo era criticado por apoiar a instalação da escola de pilotos em Évora, oriundos, por exemplo, do Presidente da C. M. de Covilhã, afecto ao PSD, que fez variadíssimas e desesperadas diligências para conseguir estabelecê-lo na mencionada cidade.

Mais à frente citou: *“Julgo que é preciso garantir a salvaguarda da compatibilidade, até porque no próprio plano isso foi previsto, e é necessário rigor e exigência no processo negocial, sobretudo deve-se ter cuidado com a tentação do parceiro internacional da Escola, que poderá pretender fazer a formação, que nos interessa mais, na Holanda e fazer o voo livre nos céus azuis de Évora, isso não podemos deixar, como é evidente.*

*Finalmente, penso que este é um projecto decisivo no aspecto da afirmação da cidade e do Alentejo a nível internacional, porque o Plano Estratégico de Évora assenta claramente na internacionalização pelo património e pela economia. Isto é, de facto, ficarmos no mapa. É, de facto, termos pilotos que depois vão operar nas «sete partidas do mundo» e que ficam ligados a Évora”.*

O Vereador Carmelo Aires exprimiu que as palavras do orador antecedente tinham falta de rigor, quando se referiu a um projecto análogo de 1992, porquanto ele não possuía os contornos que este tem, a saber:

- Era destinado para consumo interno, só para formação de um número reduzido de pilotos da TAP;
- Não chegou a estar aprovado;
- Existiu uma quota financeira que ficou de reserva à espera que o projecto pudesse ser incluído no Q.C.A.;
- A Comissão de Coordenação não teve conhecimento nem do avanço nem dos estudos realizados, até ao grau a que este foi sujeito.

Por outro lado, o Vereador C. Aires julgava que o Sr. Zorrinho trouxesse algumas informações mais detalhadas relativamente ao real impacto do desenvolvimento deste plano, coisa que não foi feita, limitando-se a usar uma linguagem evasiva, nada consentânea com as preocupações dos munícipes, visto que estas se prendem com os estudos que são necessários serem feitos no capítulo ambiental e económico.



O Vereador Jorge Pinto, voltando a usar da palavra, especificou que o Manual de Operações e Regulamento do aeródromo procura, para além da disciplina de tráfego, conciliar os diferentes interesses, e, como tal, só quando conseguir chegar a uma versão que tenha o máximo denominador comum, levará o assunto a reunião de Câmara.

Simultaneamente, reportando-se às questões levantadas pelo Vereador Carmelo Aires em reunião de Câmara e aqui relatadas, noticiou ter recebido da Direcção Geral do Ambiente uma nota dando a indicação de estar disponível para avaliar um conjunto de dados de todo este processo, que terão, com certeza, a independência suficiente e necessária para o efeito.

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o 1º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente deu-o por encerrado.

## **PONTO 2 - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DO ANO DE 1998**

O Sr. Presidente da CMÉ fez a apresentação dos documentos em causa.

O Sr. Acácio Alferes declarou: *“Tendo presente o Plano de Actividades para 1998, consideramos que não se deram passos visíveis em relação aos objectivos traçados. Assim, sabendo-se que o 1º objectivo era melhorar o ambiente urbano na cidade, verifica-se que se ficou aquém do previsto, na medida em que, em relação às freguesias rurais, foi um autentico deserto de actuação.*

*No que respeita à requalificação dos espaços urbanos, o Orçamento aprovado inicialmente já apresentava, quanto a mim, uma discriminação negativa no que se refere às freguesias rurais. Mas essa discriminação negativa foi acentuada durante o ano, porque a percentagem de realização projectada para a cidade e bairros atingiu quase os 50%, enquanto para as atrás citadas não chegou aos 30%.*

*Quanto às obras da Divisão de Equipamento Urbano e Ambiente, foram praticamente todas executadas na urbe. Aliás foram todas, segundo vejo na Conta de Gerência. A não ser que tivesse ido para as freguesias rurais algum do equipamento urbano comprado, mas, mesmo assim, dos 55.000 cts previstos inicialmente, só se comprou 9.700 cts do mesmo.*

*Acerca do 2º objectivo (intervenção mais activa na área económica no sentido de promover o emprego sustentado), julgo que com 7000 cts de remunerações certas não se pode esperar que se polarize o desenvolvimento económico da região.*

*O 3º objectivo era contribuir decisivamente para a sustentabilidade social. Aqui nota-se algumas particularidades que não são, na minha perspectiva, muito agradáveis, no que se reporta especialmente à transferência de numerário para as cantinas escolares, dado que dos cerca de 35.000 cts orçamentados apenas se gastaram 21.000 cts.*

*Na vertente do desporto, os subsídios para agentes ficaram muito aquém daquilo que estava previsto, 36%.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*Ainda no ponto da sustentabilidade social, refiro que, para o plano de segurança, apenas se consumiram 136 cts (3%), quando estavam projectados 4.200 cts.*

*Registo, com agrado, o reforço de verbas conferido à iluminação pública, multiplicando-se por cinco o valor inicialmente planeado.*

*No 5º objectivo (continuar o processo de integração em espaços mais alargados), aí, devo reconhecer, existiram passos significativos, um dos quais acabou de ser discutido por esta Assembleia (o do aeródromo).*

*O 6º objectivo era o compromisso com o verde. Foi também deficiente, tão deficiente que dos 15.000 cts reservados para a mata municipal gastou-se zero. Para as associações de defesa do ambiente também zero.*

*De ordem geral, considero estranho a quantia gasta em trabalho extraordinário, na medida em que, enquanto as remunerações certas cresceram, de 96 para 97, 6%, o mesmo aumentou quase o triplo, 16%. Foram mais de 146.000 cts, ou seja, gasta-se neste município por dia útil, em média, 550 cts em horas extraordinárias.*

*No domínio do serviço da dívida, (amortizações e juros), representou um gasto de quase 1.000 cts/dia útil, sendo este montante bastante elevado.*

*Pelas razões apontadas, os eleitos do Partido Socialista não podem dar o seu voto favorável a estes Relatório e Conta de Gerência”.*

O Sr. António Foito asseverou considerar, pessoalmente, o Relatório do ano passado proporcional aos meios financeiros disponíveis, não deixando de acrescentar que se tivessem sido duplicadas as verbas para os municípios, como foi prometido pelo actual Governo, certamente o Plano teria sido outro e muito melhor, porque estamos já habituados a anunciarem-se milhões e depois promover-se a asfixia das autarquias. E um exemplo claro é aquilo que se tem passado com o P.O.R.A..

De qualquer modo, achou que o cumprimento do Plano foi bem executado, tendo destacado a realização das seguintes acções:

- A participação em projectos de redes internacionais;
- A revisão do Plano de Urbanização, que é um importante instrumento de trabalho para a próxima década;
- As grandes infra-estruturas (o Terminal Rodoviário, o MARÉ, e o próprio Núcleo Industrial de Azaruja);
- O avanço na criação de condições para as novas instalações de alguns serviços regionais do Estado;
- As vastas iniciativas no âmbito da cultura e do desporto;
- O plano concelhio de recolha de resíduos sólidos;
- A beneficiação da rede viária e urbana;
- A repavimentação de 35.000 m<sup>2</sup> de arruamentos;
- E a melhoria de cerca de 20 Kms de estradas, na importância de 147.000 cts.

Para acabar, divulgou que a CDU iria votar favoravelmente os documentos em análise.



A Sra D. Maria da Conceição Couvinha, desejando falar sobre a apresentação e estruturação do Relatório, opinou que o mesmo sofreu, comparativamente ao anterior, uma melhoria, particularmente no aspecto de as realizações estarem de acordo com os objectivos.

Continuando, definiu-o como bastante razoável, atendendo ao facto de o Poder Central não ter cumprido a promessa de reforçar ou de duplicar a transferência de verbas para as autarquias, conforme já adiantara o Sr. Foito. Daí que, face aos limites que o Governo tem colocado ao Poder Local, muito dificilmente se poderia ter feito muito melhor, advogou.

Com respeito à crítica formulada pelo Sr. Alferes, de que a realização feita estava muito aquém da planificação elaborada, argumentou que não se poderia esperar outra coisa por parte da bancada do PS, sendo de seu parecer que esta força política deveria apresentar propostas na tentativa de fazer valer as suas perspectivas, com trabalho, discussão, empenhamento e, sobretudo, com interesse.

Sobre o endividamento da edilidade, explicou que ele era justificável face à ausência quer do apoio do Executivo Central, quer dos fundos de investimento comunitários.

Para fechar, classificou o Relatório de positivo, justificando plenamente o voto favorável da bancada da CDU.

O Sr. Silvino Alinho afirmou: *“O PSD votou contra este Plano de Actividades porque considerava, na altura, que se poderia ir mais além. Nesse pressuposto e fazendo uma análise ao Relatório de Actividades, percebemos que não só não se foi mais além como, nalgumas questões, se ficou aquém e o grau de concretização não nos satisfaz. Como exemplos, adianto:*

- *A empresa de capitais mistos de transportes;*
- *As obras do Terminal Rodoviário;*
- *O Jardim do Paraíso;*
- *Relativamente aos aspectos turísticos, associados ao evento da EXPO/98, desconhece-se o benefício que a urbe teve com isso, independentemente de a culpa não ser exclusivamente da autarquia;*
- *As obras do Salão Central;*
- *A pista de atletismo;*
- *O célebre compromisso com o verde. Se há pouco o compromisso da Academia Aeronáutica foi muito importante, este que também deveria ter sido não o foi;*
- *A revisão dos regulamentos municipais continua adiada;*
- *O aumento do endividamento bancário, etc..*

*Considerando estes factores globalmente, a bancada do PSD vai abster-se na votação dos documentos em equação”.*

Tendo o Sr. A. Foito feito alusão a um plano de recolha de resíduos sólidos e associando isso uma informação que lhe foi dada por uma pessoa, de que a Câmara pretendia, hipoteticamente,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

implantar um aterro sanitário na Freguesia de N.<sup>a</sup> Sra. da Tourega, o Sr. João Valverde perguntou ao Executivo se tal correspondia à realidade.

Ao mesmo tempo, lembrou à Vereação que estava a aguardar uma resposta por escrito sobre a situação do forno da Universidade de Évora, sito na Mitra, onde supostamente se estarão a fazer ensaios de lixos tóxicos ou a queimar carcaças de animais.

O Sr. Celino Silva referiu que gostava que o Sr. A. Alferes explicitasse melhor a questão da discriminação negativa em relação à cidade e às freguesias rurais, porque, pelas suas contas, o Município construiu mais de 100.000 m<sup>2</sup> de estradas e caminhos nas zonas rurais, em 1998, e nas áreas urbanas (bairros) apenas fez 36.000 m<sup>2</sup> em repavimentações, por exemplo.

Então, o Sr. Acácio Alferes chamou à atenção para o facto de que, quando fez a análise, ter tomado como balizas os objectivos consubstanciados no Plano de Actividades. Daí ter só dito, no âmbito da melhoria do ambiente urbano (não falou em estradas), que não foi feito praticamente nada feito nas freguesias rurais, para além de ter defendido a criação de um plano integrado para o desenvolvimento do espaço rural, coisa que considerou pedra angular para o poder projectar e que não foi levada a cabo.

O Sr. Estevão Bicho frisou que gostaria ter mais autonomia financeira na Freguesia de Canaviais para cumprir, efectivamente, as competências que a Lei delega ao Poder Local, mas, infelizmente, as mesmas continuam a não ser acompanhadas pelos respectivos meios financeiros. Os 3.200 cts que a J. F. de Canaviais recebeu, no ano de 1998, do Poder Central para desenvolver actividades, pouco mais chegaram para fazer a gestão administrativa. Se não fosse o apoio da CMÉ, não teria havido as melhorias urbanas (considerou como tal a repavimentação de uma estrada, o asfaltamento de uma rua, a construção de uma casa, de uma praça ou de uma cantina escolar, para rebater as teses expostas pelo Sr. Alferes) que foram realizadas na mencionada Freguesia, realçou.

Para finalizar, salientou ter verificado uma certa melhoria da qualidade de vida no Bairro dos Canaviais, embora não fosse aquela que todos desejariam, tendo convidado, para o efeito, os presentes a deslocarem-se lá para poderem constatar a realidade, sendo este motivo assaz suficiente para votar favoravelmente os documentos em apreço.

Tendo o Sr. A. Alferes dito, no que concerne ao ambiente, que a política municipal foi zero, o Sr. António Foito inquiriu o seguinte: “*Será que edificar Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) não é política de ambiente ? Quantas faltam para o nosso concelho estar coberto ? Só o ano passado foram erigidas duas, a de S. Sebastião da Giesteira e a de Torre de Coelheiros*”, citou.

Esgotadas as inscrições para debate, o Sr Presidente colocou à votação o 2º ponto da ordem de trabalhos, o qual foi aprovado por maioria, com doze abstenções.



### **PONTO 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS E ESTACIONAMENTO TARIFADO - RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1998**

O Vereador Jorge Pinto clarificou dois pormenores: **Primeiro** - Que o Resultado Líquido do Exercício está influenciado por Custos e Perdas Extraordinários, em virtude de ter sido pago o IVA cobrado respeitante ao ano de 1997; **Segundo** - A receita arrecadada (89.825.943\$50) equivale a uma taxa de ocupação liquidada inferior a 30%, sendo preciso melhorar o sistema de fiscalização do estacionamento tarifado no centro histórico, para que o equilíbrio das contas possa ser atingido.

Como nenhum dos eleitos desejou intervir, o Sr. Presidente pôs à votação o 3º ponto da agenda, que foi aprovado por unanimidade.

### **PONTO 4 - EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS E ESTACIONAMENTO TARIFADO**

O Vereador Jorge Pinto elucidou que foi entendimento da Câmara, no final de 1998, não retomar o exercício no ano seguinte, na medida em que neste ocorrerá a formação da nova empresa. Desde então os serviços foram, na prática, extintos e os resultados (acabados de apresentar no ponto anterior) foram já diluídos na conta geral da Câmara Municipal, faltando, para tanto, a anuência da A. M..

Dado que ninguém demonstrou interesse em falar, o Sr. Presidente colocou à votação o 4º ponto da ordem do dia, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

### **PONTO 5 - AQUISIÇÃO DE BENS EM LEASING**

O Vereador Jorge Pinto explicou que a CMÉ propunha que se autorizasse a realização duma consulta a 5 empresas de Leasing, com vista à aquisição do seguinte material no montante global de 100.000 cts:

- Máquinas e Viaturas.....80.000 cts
- Equipamento informático.....20.000 cts



Atendendo ao mutismo dos presentes, o Sr. Presidente pôs à votação o 5º ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado por unanimidade.

## **PONTO 6 - EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO EM 1999**

O Sr. Presidente da CMÉ salientou que esta proposta visava solicitar à Assembleia permissão para o Executivo poder recorrer a empréstimos de curto prazo, durante o ano vigente e no estrito respeito pelo limite previsto na Lei, caso surgissem dificuldades de tesouraria.

Em virtude de nenhum dos presentes se ter inscrito para debater o 6º ponto da agenda, o Sr. Presidente colocou-o à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.

## **PONTO 7 - SITUAÇÃO NA SIEMENS**

O Sr. Presidente lembrou que, preteritamente, havia sido constituído um grupo de trabalho para acompanhar a situação na empresa citada em epígrafe, tendo o mesmo promovido várias diligências, entre as quais um encontro com a respectiva Administração, pelo que solicitou ao seu porta-voz que desse conta do trabalho desenvolvido.

O Sr. José Zorrinho fez ver que era importante esclarecer a questão do porta-voz, porque um dos elementos do grupo de trabalho que se encontrava a seu lado (o Sr. João Ricardo) acabara de lhe confirmar que não tinha sido feita tal escolha, não deixando de sublinhar que achava muito estranha a forma como este ponto foi agendado, sem nenhum documento de suporte.

O Sr. Presidente expressou não poder garantir que a Comissão tivesse elegido um porta-voz, tendo existido sim um relacionamento da atrás descrita com a Mesa, através de um dos seus elementos, julgando ser lógico que fosse o mesmo a fornecer as informações tidas por convenientes.

Por outro lado, assumiu a responsabilidade da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, porque, tendo participado no encontro com a Administração da Siemens, entendeu que era tempo de prestar contas, e face à inexistência de documentação para o acompanhar, pensou ser necessário que alguém fizesse o relato dos acontecimentos.

O Sr. António Foito comunicou ter sido nomeado para coordenador do grupo, sendo de sua ideia que a falta de documentos de suporte se devia ao facto de o supracitado ter funcionado mal, tanto assim que nas duas últimas reuniões que tentou realizar, na primeira ficou sózinho e na segunda só apareceu outro membro.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. João Ricardo certificou o teor do depoimento do orador antecedente.

O Sr. Presidente desejou, entretanto, evidenciar o seguinte: se o grupo tinha um coordenador eleito, não percebia muito bem as reservas levantadas perante a situação e alguém ter que adoptar o papel de porta-voz, achando isso, no mínimo, esquisito.

O Sr. Estevão Bicho manifestou, também, a sua admiração por este ponto ter sido programado sem nenhum documento base, e como está ligado, por laços familiares, a trabalhadores da Siemens, o problema tem-no preocupado bastante.

Paralelamente, lamentou que, só por não haver um porta-voz, não fossem divulgados os dados recolhidos pela equipa.

O Sr. José Zorrinho, intervindo novamente, sustentou que ser porta-voz livre de algo que não foi acordado no grupo não se podia aceitar, porque não existia uma pré-definição daquilo que se iria dizer.

Logo após, especificou que qualquer agendamento feito tendo por base um documento e numa lógica de tornar eficaz o trabalho da Assembleia, é, de facto, algo que deve ser o princípio.

O Sr. Presidente, contrapondo à alocação do Sr. Zorrinho, precisou que se era linear que um porta-voz é sempre alguém que dá conta de coisa previamente acordada, também lhe parecia de todo pertinente que, perante a falta de funcionamento de uma comissão constituída formalmente na A. M., que o seu coordenador fizesse uma explanação dos acontecimentos.

O Sr. Lino de Carvalho propôs que, para não se passar o resto da noite a discutir questões formais, se decidisse se o plenário iria receber a informação ou não, e em caso afirmativo, que os dois elementos activos da equipa o fizessem sem critério de primazia.

O Sr. Silvino Alinho anunciou ter sido o membro do PSD que faltou à última reunião do grupo onde, supostamente, iria ser produzido um relatório para trazer a esta Assembleia, tendo assumido a responsabilidade da aludida ausência.

No entanto, discordou de algumas afirmações aqui formuladas, de que não foi realizado trabalho, pois participou em 2 ou 3 reuniões, das quais uma foi com a Gerência da Siemens e outra com a Comissão de Trabalhadores.

Sobre o impasse que estava a ocorrer, sugeriu que deveria ficar assente, de uma vez por todas, que os coordenadores serão sempre os porta-vozes, e se alguém não queria tratar do assunto ele tinha informações para dar.

Face ao exposto, o Sr. António Foito explicitou que foi o porta-voz do grupo para fazer contactos com entidades, não deixando de revelar ter participado ao Sr. Presidente da Mesa, por escrito, que,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

independentemente da ausência dos membros do supramencionado, havia condições para hoje se informar o colectivo acerca das diligências efectuadas.

O Sr. José Cardoso reiterou a proposta apresentada pelo Sr. Lino de Carvalho, incentivando os elementos da equipa a disponibilizarem os dados que possuíam.

Em virtude de existirem pessoas da Freguesia de N.ª Sra. da Tourega que trabalham na Siemens, o Sr. João Valverde corroborou as palavras do Sr. L. de Carvalho e do Sr. J. Cardoso, de modo a ficar em condições de poder elucidar os atrás referidos sobre a situação da fábrica.

O Sr. Presidente frisou que o Sr. João Valverde deveria ter esta conversa com o Sr. Zorrinho, porque foi este autarca que levantou o entrave à possibilidade de o coordenador do grupo dar a informação.

O Sr. José Zorrinho, reagindo à posição do Sr. Presidente, reafirmou que o Sr. Foito não tinha nenhum mandato para fornecer a informação como porta-voz, porque para fazê-lo teria que ter concensualizado isso colectivamente.

Apesar de tudo, também defendeu que qualquer membro deveria avançar com os detalhes disponíveis.

Perante o desenrolar da discussão, o Sr. Carlos Percheiro observou: *“Como a formalidade em excesso é bacoca, proponho que o Sr. Alinho passe a dar a informação, porque isto, na realidade, já é ridículo”*.

O Sr. Silvino Alinho esclareceu então: *“Do que me foi dado a entender, ressalta que as intenções do grupo, no que toca às fábricas, estão mais ou menos definidas, com excepção da fábrica de relés, porque a nova unidade vai ser preparada para ir para a bolsa, desconhecendo-se qual vai ser o seu futuro em termos de funcionamento.*

*Relativamente à reunião que decorreu com a Gerência da Siemens, foi-nos feito um retrato e um relato daquilo que têm sido os anos de actividade da fábrica, aquilo que são os seus padrões de produtividade e de qualidade e as evoluções recentes no aspecto de número de trabalhadores. De certa forma foi-nos dito que as variações, no domínio dos recursos humanos, têm sido mínimas e serão no futuro, e que a fábrica se prepara efectivamente, face àquilo que é a concorrência a nível mundial, para ser colocada no mercado para ser vendida, e que estarão, supostamente, 14/15 potenciais compradores disponíveis para se candidatarem ao negócio. Se não houver compradores, a Siemens não tem uma resposta para aquilo que será o futuro da unidade de Évora.*

*«Felizmente», temos, no grupo de trabalho, uma pessoa que está relacionada com o Poder Central e que logo ali assumiu, de certa maneira, a responsabilidade na resolução de algumas situações que pudessem ser mais complicadas, de tal forma que, a dado passo, já não se percebia muito bem quem era da Administração, se era o senhor alemão ou se era a nossa companheira do Partido Socialista, a Dra. Gabriela. Isso foi referenciado pelo Sr. Presidente, e bem, porque de facto surgiu um momento de certa confusão, resultante de algumas coincidências.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*Portanto, as dúvidas mantêm-se, as certezas não existem e o que se sabe é que até Setembro/Outubro deste ano a Siemens quer ter uma decisão tomada sobre o processo”.*

Aproveitando o ensejo, o Sr. Presidente exprimiu não lhe parecer de todo correcto que as pessoas, em situações que representam a Assembleia e têm uma determinada função, recorram ao seu estatuto profissional ou às suas responsabilidades oficiais para fazerem duas coisas que, na realidade, nenhuma delas tem cabimento.

Em complemento da dissertação do Sr. Alinho, o Sr. António Foito adiantou: *“A Moção aprovada aqui foi a base de entendimento do grupo de trabalho e tínhamos feito, numa primeira fase, o levantamento de toda a documentação produzida (anúncios, polémicas nos jornais, comunicados da Administração e do Sindicato, etc.), e depois tínhamos decidido avançar para o contacto com a Comissão Intersindical e com a Administração. Se se julgasse necessário, numa 3ª fase seria o contacto com o Sr. Ministro.*

*Na reunião com a Comissão Sindical, que estive eu e o Sr. João Ricardo, havia um ambiente de grande tensão e duma grande instabilidade. Foi-nos dito que, dos 200 contratados a prazo, nenhum iria ter o contrato renovado. Disseram-nos que estavam a ser rescindidos contratos de trabalhadores com baixa médica e que a empresa tinha 1385 funcionários em Dezembro passado, e que na altura em que lá estivemos já existiam menos 50.*

*Comunicaram-nos, também, que estava a ocorrer redução na produção de componentes destinados a pequenas fábricas de montagem de relés, as quais não estão afectas ao CCT do ramo de material eléctrico, mas que cumprem o da metalurgia e cujos salários são mais baixos na ordem dos 20.000\$00.*

*No dia da reunião com a Comissão Sindical, presenciámos o carregamento de camiões que estavam a sair com tornos automáticos e outras máquinas, que estavam a ser deslocados da Siemens para as tais pequenas fábricas”.*

Por sua vez, o Sr. João Ricardo declarou: *”A posição que a Dra. Gabriela Silva adoptou na Siemens não foi a de se responsabilizar pela viabilidade da empresa nem sequer pela sua manutenção. O que disse foi que a situação não era tão grave quanto aquilo que supunha antes de começar os contactos tanto com a Comissão Sindical como com a Administração. E se é verdade que esta confirmou que vai haver um aumento de trabalhadores qualificados e, conseqüentemente, uma diminuição de funcionários não qualificados, o nível de emprego vai manter-se. E se também é verdade que alguns trabalhadores estão a negociar a saída para outras entidades, que são as empresas satélites da Siemens, facilmente se conclui que se trata duma mudança”.*

Tendo percebido que o Sr. S. Alinho dissera que a Siemens não tem um quadro claro quanto ao futuro da fábrica de relés se a dispersão de capital em bolsa não tiver vencimento, o Sr. Lino de carvalho perguntou-lhe se a empresa está a pensar dispersar todo o capital em bolsa ou se tem em ideia manter o controlo da maioria do mesmo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Silvino Alinho respondeu que, em relação à fábrica Siemens-Matsushita, parecia-lhe ter sido referido que a empresa iria vender tudo.

No que toca à outra unidade, foi explicado que ela possui três componentes fundamentais (produção de relés, de conectores e de uns modelos híbridos), as quais já funcionam de forma não interligada, sendo intenção da Administração vendê-las em pacote.

Sobre a percentagem de capital que vai para bolsa, afirmou não se recordar do que foi dito.

Entretanto, o Sr. Estevão Bicho explicitou que os próprios trabalhadores ouvem dizer, internamente, que os potenciais compradores estão a pôr condições para adquirirem a fábrica, sendo a principal a de que a actual Gerência negocie a desvinculação com os funcionários com mais de 20 anos de casa, coisa que já se está a passar na prática.

Após a intervenção do orador antecedente, o Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo a possibilidade de o grupo de trabalho se manter em funções, de molde a poder organizar um documento que sintetize o trabalho desenvolvido, com vista a um eventual pedido de audiência com o Sr. Ministro da tutela, cuja perspectiva não mereceu qualquer tipo de oposição.

Não se registando mais inscrições, o Sr. Presidente deu por encerrado o 7º ponto da ordem do dia.

### **PONTO 8 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**

O Sr. Presidente fez notar que, com base no nº 1 do artº 6º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho, a Assembleia Municipal está obrigada a organizar o regulamento provisório do Conselho mencionado em título, tendo alvitado que se formasse um grupo de trabalho para o efeito.

O Sr. Celino Silva, concordando com as palavras do Sr. Presidente, divulgou que a CDU iria indicar, no final desta sessão, o nome dos quatro membros destinados a incorporar a equipa.

Paralelamente, desejou fazer uma reflexão sobre a Lei em causa, parecendo-lhe existir uma grande confusão no seu articulado, pois é decretado que a entidade executiva preside a um conselho cujo «vogal» é o presidente do órgão (assembleia municipal) que delibera sobre o regimento e que o define, não deixando de opinar que a Assembleia deveria fazer uma chamada de atenção junto da Assembleia da República sobre o atrás exposto.

O Sr. Presidente explicitou que o que estava em causa era o estabelecimento do grupo de trabalho, podendo depois ser discutido, no seu seio, o problema posto pelo Sr. Celino, se o plenário reconhecesse a pertinência da observação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. José Zorrinho fez saber que o PS concordava com a metodologia do grupo de trabalho, apontando como seus representantes o Sr. Acácio Alferes e o Sr. Joaquim Trolhas.

O Sr. Silvino Alinho deu conta não estar em condições de indigitar o eleito do PSD para o fim em vista, podendo sim fazê-lo dentro de 2 ou 3 dias.

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o assunto, o Sr. Presidente pôs à votação a criação da equipa de trabalho, cujo desiderato foi aprovado por unanimidade.

Posto isto, sugeriu ao Sr. Celino que revelasse os nomes dos eleitos da CDU.

O Sr. Celino Silva indicou: Carlos Percheiro, Isidro Lobo, Luís Bettencourt e António Serrenho.

Findo este pormenor, o Sr. Presidente concluiu o 8º ponto da ordem de trabalhos.

### **PONTO 9 - REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Por solicitação do coordenador do grupo de trabalho, ficou o Sr. Celino Silva incumbido de apresentar uma resenha da tarefa levada a cabo.

Assim, aquele autarca fez alusão a um relatório-síntese que foi distribuído a todos os membros da A. M., onde se menciona a base de orientação (Regimento da A. M. de Lisboa) que ajudou a estruturar a nova proposta de Regimento, para além de se salientar os seguintes aspectos:

- A possibilidade expressa de a Assembleia poder reunir fora da sede do concelho;
- A oportunidade de dar a palavra ao público no início de cada sessão;
- A hipótese de o Presidente da Mesa, sempre que o entender, poder articular, com representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia, determinados formatos de reuniões e outras matérias;
- E houve a preocupação não só que o documento expressasse formas de tornar mais visível o trabalho da A. M. junto da população do concelho, mas também como devem ser tratadas, no seu seio, as petições ou as reclamações que os munícipes façam directamente a este Órgão.

Adiante, fez referência a uma pequena nota inserta no final da proposta, onde, capítulo a capítulo e artigo a artigo, se chama a atenção para as bases de trabalho, com o intuito de facilitar um estudo mais aprofundado que algum membro da A. M. queira fazer.

Por fim, alvitrou que se continuasse a analisar toda a documentação distribuída, e que em próxima reunião fosse efectuada a discussão e a respectiva votação.

O Sr. Luís Bettencourt deu conta que, na adenda de referências que foi feita, não está explícita a base de orientação para elaborar o artº 22º, a qual proveio do artº 23º do Regimento actual e do artº 36º do Regimento da A. M. de Lisboa.



O Sr. José Zorrinho elogiou a obra executada pela equipa e concordou com o alvitre formulado pelo Sr. Celino, lamentando, todavia, que algumas das medidas previstas no Regimento da A. M. de Lisboa não tenham sido aqui reflectidas, nomeadamente a questão de se poder estabelecer regras quanto ao tempo de intervenção e de debate dos pontos.

Não desejando os presentes continuar a discutir o 9º ponto da agenda, o Sr. Presidente colocou à consideração do plenário a sugestão esboçada pelo Sr. Celino Silva, tendo ela merecido plena aceitação.

## **APROVAÇÃO EM MINUTA**

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 2, 3, 4, 5 e 6 da ordem de trabalhos da presente acta, de harmonia com o nº 4, do artº 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

Verificada a ausência de público e não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por terminada a sessão pela uma hora e dez minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** - José Ferreira Nunes Bizarro

**1º Secretário** - Maria da Conceição Couvinha, substituindo Sr. Diamantino José Dias

**2º Secretário** - António Joaquim G. R. Serrenho

**(Acta aprovada, na sessão de 28/12/99, por maioria, com 1 abstenção)**